

Immanuel Kant

*Crítica da
Faculdade do Juízo*

Tradução de
Valério Rohden e António Marques

3ª edição



Rio de Janeiro

A EDITORA FORENSE se responsabiliza pelos vícios do produto no que concerne à sua edição, aí compreendidas a impressão e a apresentação, a fim de possibilitar ao consumidor bem manuseá-lo e lê-lo. Os vícios relacionados à atualização da obra, aos conceitos doutrinários, às concepções ideológicas e referências indevidas são de responsabilidade do autor e ou atualizador.

As reclamações devem ser feitas até noventa dias a partir da compra e venda com nota fiscal (interpretação do art. 26 da Lei n. 8.078, de 11.09.1990).

Traduzido de:

Kritik der Urteilkraft und Schrift en

Copyright ● Tradução do texto correspondente à edição crítica, sob a responsabilidade da Academia de Berlim (incluído no vol. V *Kants Werke*, Akademie Text-Ausgabe, Berlim, Walter de Gruyter & Co., 1968), que tem por base a 2ª edição original de 1793 *Kritik der Urteilkraft und Schrift en*. Direitos do Índice de Autores e do Glossário, sob a organização de Karl Vorländer, cedidos pela Felix Meiner Verlag (Hamburgo).

All rights reserved.

Crítica da Faculdade do Juízo

ISBN 978-85-309-3563-4

Direitos exclusivos para o Brasil na língua portuguesa

Copyright © 2011 by

FORENSE UNIVERSITÁRIA um selo da EDITORA FORENSE LTDA.

Uma editora integrante do GEN | Grupo Editorial Nacional

Travessa do Ouvidor, 11 6º andar 20040-040 Rio de Janeiro RJ

Tel.: (0XX21) 3543-0770 Fax: (0XX21) 3543-0896

bilcypinto@grupogen.com.br | www.grupogen.com.br

O titular cuja obra seja fraudulentamente reproduzida, divulgada ou de qualquer forma utilizada poderá requerer a apreensão dos exemplares reproduzidos ou a suspensão da divulgação, sem prejuízo da indenização cabível (art. 102 da Lei n. 9.610, de 19 02.1998).

● quem vender, expuser à venda, ocultar, adquirir, distribuir, tiver em depósito ou utilizar obra ou fonograma reproduzidos com fraude, com a finalidade de vender, obter ganho, vantagem, proveito, lucro direto ou indireto, para si ou para outrem, será solidariamente responsável com o contrafator, nos termos dos artigos precedentes, respondendo como contrafatores o importador e o distribuidor em caso de reprodução no exterior (art. 104 da Lei n. 9.610/98).

2ª edição/4ª reimpressão 2010

3ª edição – 2012

Tradução de

Valério Rohden e Antônio Marques

CIP Brasil. Catalogação-na-fonte.

Sindicato Nacional dos Editores de Livros, RJ.

K25c

3.ed.

Kant, Immanuel, 1724-1804

Crítica da faculdade do juízo/Immanuel Kant; tradução de Valério Rohden e Antônio Marques. – 3. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012.

Tradução de: *Kritik der Urteilkraft und Schrift en*

Contém glóssário

Inclui índice

ISBN 978-85-309-3563-4

1. Estética. 2. Juízo (Lógica). 3. Teleologia. I. Título.

11-5410.

CDD: 111.85

CDU: 111.85

Índice Geral

| | |
|---|----|
| <i>Nota sobre a tradução</i> | XI |
| <i>Prólogo</i> | XV |
| Introdução | 1 |
| I. Da divisão da Filosofia..... | 1 |
| II. Do domínio da Filosofia em geral..... | 4 |
| III. Da crítica da faculdade do juízo como meio de ligação das duas partes da Filosofia num todo..... | 7 |
| IV. Da faculdade do juízo como uma faculdade legislante <i>a priori</i> | 11 |
| V. O princípio da conformidade a fins formal da natureza é um princípio transcendental da faculdade do juízo..... | 13 |
| VI. Da ligação do sentimento do prazer com o conceito da conformidade a fins da natureza..... | 19 |
| VII. Da representação estética da conformidade a fins da natureza..... | 21 |
| VIII. Da representação lógica da conformidade a fins da natureza..... | 25 |
| IX. Da conexão das legislações do entendimento e da razão mediante a faculdade do juízo..... | 28 |
| Divisão da obra inteira | 33 |
| Primeira parte. Crítica da Faculdade de Juízo Estética | 35 |
| Primeira seção. Analítica da faculdade de juízo estética..... | 37 |
| Primeiro livro. Analítica do belo..... | 37 |
| <i>Primeiro momento do juízo de gosto, segundo a qualidade</i> | 37 |
| § 1. O juízo de gosto é estético..... | 37 |
| § 2. A complacência que determina o juízo de gosto é independente de todo interesse..... | 39 |
| § 3. A complacência no <i>agradável</i> é ligada a interesse..... | 41 |
| § 4. A complacência no <i>bom</i> é ligada a interesse..... | 43 |
| § 5. Comparação dos três modos especificamente diversos de complacência..... | 45 |
| <i>Explicação do belo inferida do primeiro momento</i> | 47 |

VI • CRÍTICA DA FACULDADE DO JUÍZO • IMMANUEL KANT

| | | |
|---|---|----|
| | <i>Segundo momento do juízo de gosto, a saber segundo sua quantidade.....</i> | 47 |
| 7 | § 6. O belo é o que é representado sem conceitos como objeto de uma complacência <i>universal</i> | 47 |
| | § 7. Comparação do belo com o agradável e o bom através da característica acima..... | 48 |
| | § 8. A universalidade da complacência é representada em um juízo de gosto somente como subjetiva..... | 50 |
| | § 9. Investigação da questão, se no juízo de gosto o sentimento de prazer precede o ajuizamento do objeto ou se este ajuizamento precede o prazer | 53 |
| | <i>Explicação de belo inferida do segundo momento</i> | 57 |
| | <i>Terceiro momento do juízo de gosto, segundo a relação dos fins que nele é considerada</i> | 57 |
| | § 10. Da conformidade a fins em geral | 57 |
| | § 11. O juízo de gosto não tem por fundamento senão a forma da conformidade a fins de um objeto (ou do seu modo de representação)..... | 60 |
| | § 12. O juízo de gosto repousa sobre fundamentos <i>a priori</i> | 62 |
| | § 13. O juízo de gosto puro é independente de atrativo e comoção | 63 |
| | § 14. Elucidação através de exemplos | 64 |
| | § 15. O juízo de gosto é totalmente independente do conceito de perfeição .. | 68 |
| | § 16. O juízo de gosto, pelo qual um objeto é declarado belo sob a condição de um conceito determinado, não é puro..... | 71 |
| | § 17. Do ideal da beleza | 73 |
| | <i>Explicação de belo deduzida deste terceiro momento</i> | 79 |
| | <i>Quarto momento do juízo de gosto segundo a modalidade da complacência no objeto</i> | 79 |
| | § 18. O que é a modalidade de um juízo de gosto..... | 79 |
| | § 19. A necessidade subjetiva que atribuímos ao juízo de gosto é condicionada | 80 |
| | § 20. A condição da necessidade que um juízo de gosto pretende é a ideia de um sentido comum..... | 81 |
| | § 21. Se se pode com razão pressupor um sentido comum | 81 |
| | § 22. A necessidade do assentimento universal, que é pensada em um juízo de gosto, é uma necessidade subjetiva, que sob a pressuposição de um sentido comum é representada como objetiva..... | 82 |
| | <i>Explicação de belo inferida do quarto momento</i> | 84 |
| | <i>Observação geral sobre a primeira seção da Analítica</i> | 84 |

| | |
|--|------------|
| Segundo livro. Analítica do sublime..... | 88 |
| § 23. Passagem da faculdade de ajuizamento do belo à de ajuizamento do sublime..... | 88 |
| § 24. Da divisão de uma investigação do sentimento do sublime..... | 91 |
| A. Do matemático-sublime..... | 93 |
| § 25. Definição nominal do sublime | 93 |
| § 26. Da avaliação das grandezas das coisas da natureza que é requerida para a ideia do sublime..... | 96 |
| § 27. Da qualidade da complacência no ajuizamento do sublime..... | 104 |
| B. Do dinâmico-sublime da natureza..... | 108 |
| § 28. Da natureza como um poder | 108 |
| § 29. Da modalidade do juízo sobre o sublime da natureza | 113 |
| Observação geral sobre a exposição dos juízos reflexivos estéticos | 116 |
| Dedução dos juízos estéticos puros | 131 |
| § 30. A dedução dos juízos estéticos sobre os objetos da natureza não pode ser dirigida àquilo que nesta chamamos de sublime, mas somente de belo..... | 131 |
| § 31. Do método da dedução dos juízos de gosto | 132 |
| § 32. Primeira peculiaridade do juízo de gosto | 134 |
| § 33. Segunda peculiaridade do juízo de gosto..... | 136 |
| § 34. Não é possível nenhum princípio objetivo de gosto..... | 138 |
| § 35. O princípio do gosto é o princípio subjetivo da faculdade do juízo em geral..... | 139 |
| § 36. Do problema de uma dedução dos juízos de gosto..... | 141 |
| § 37. Que é propriamente afirmado <i>a priori</i> de um objeto em um juízo de gosto? | 142 |
| § 38. Dedução dos juízos de gosto..... | 143 |
| § 39. Da comunicabilidade de uma sensação..... | 145 |
| § 40. Do gosto como uma espécie de <i>sensus communis</i> | 147 |
| § 41. Do interesse empírico pelo belo | 151 |
| § 42. Do interesse intelectual pelo belo..... | 153 |
| § 43. Da arte em geral..... | 158 |
| § 44. Da arte bela | 160 |
| § 45. Arte bela é uma arte enquanto ela ao mesmo tempo parece ser natureza | 162 |
| § 46. Arte bela é arte do gênio..... | 163 |
| § 47. Elucidação e confirmação da precedente explicação do gênio..... | 164 |
| § 48. Da relação do gênio com o gosto | 167 |

VIII • CRÍTICA DA FACULDADE DO JUÍZO • IMMANUEL KANT

| | | |
|---|---|------------|
| | § 49. Das faculdades do ânimo que constituem o gênio | 170 |
| | § 50. Da ligação do gosto com o gênio em produtos da arte bela..... | 177 |
| | § 51. Da divisão das belas artes..... | 178 |
| | § 52. Da ligação das belas artes em um e mesmo produto | 184 |
| 7 | § 53. Comparação do valor estético das belas artes entre si..... | 185 |
| | § 54. Observação..... | 190 |
| | Segunda seção. Dialética da faculdade de juízos estéticos..... | 198 |
| | § 55. | 198 |
| | § 56. Representação da antinomia do gosto..... | 199 |
| | § 57. Resolução da antinomia do gosto | 200 |
| | § 58. Do idealismo da conformidade a fins tanto da natureza como da arte, como o único princípio da faculdade de juízo estética..... | 208 |
| | § 59. Da beleza como símbolo da moralidade | 214 |
| | § 60. Apêndice. Da doutrina do método do gosto | 218 |
| | Segunda Parte. Crítica da Faculdade de Juízo Teleológica..... | 221 |
| | § 61. Da conformidade a fins objetiva da natureza..... | 223 |
| | Primeira divisão. Analítica da faculdade de juízo teleológica..... | 226 |
| | § 62. Da conformidade a fins objetiva, a qual é meramente formal, diferentemente da material..... | 226 |
| | § 63. Da conformidade a fins relativa da natureza e da diferença da conformidade a fins interna | 231 |
| | § 64. Do caráter específico das coisas como fins naturais | 235 |
| | § 65. As coisas como fins naturais são seres organizados..... | 237 |
| | § 66. Do princípio do ajuizamento da conformidade a fins interna em seres organizados | 242 |
| | § 67. Do princípio do ajuizamento teleológico da natureza em geral como sistema dos fins..... | 244 |
| | § 68. Do princípio da teleologia como princípio interno da ciência da natureza..... | 248 |
| | Segunda divisão. Dialética da faculdade de juízo teleológica..... | 252 |
| | § 69. O que é uma antinomia da faculdade do juízo..... | 252 |
| | § 70. Representação desta antinomia..... | 253 |
| | § 71. Preparação para a resolução da antinomia mencionada..... | 255 |
| | § 72. Dos diversos sistemas sobre a conformidade a fins da natureza..... | 257 |
| | § 73. Nenhum dos sistemas citados realiza aquilo que afirma | 260 |
| | § 74. A causa da impossibilidade de tratar dogmaticamente o conceito de uma técnica da natureza é o caráter inexplicável de um fim natural..... | 264 |

| | | |
|---|-----|---|
| § 75. O conceito de uma conformidade a fins objetiva da natureza é um princípio crítico da razão para a faculdade de juízo reflexiva..... | 266 | |
| § 76. Observação..... | 270 | |
| § 77. Da especificidade do entendimento humano, pelo qual nos é possível o conceito de um fim natural..... | 275 | |
| § 78. Da união do princípio do mecanismo universal da matéria com o teleológico na técnica da natureza..... | 281 | |
| Apêndice. Doutrina do método da faculdade de juízo teleológica | 289 | |
| § 79. Será que a teleologia tem de ser tratada como pertencente à teoria da natureza? | 289 | |
| § 80. Da necessária subordinação do princípio do mecanismo ao princípio teleológico na explicação de uma coisa como fim da natureza | 291 | |
| § 81. Da junção do mecanismo com o princípio teleológico na explicação de um fim da natureza como produto natural..... | 296 | |
| § 82. Do sistema teleológico nas relações exteriores dos seres organizados. | 299 | 6 |
| § 83. Do último fim da natureza como sistema teleológico | 305 | |
| § 84. Sobre o fim terminal da existência de um mundo, isto é, sobre a própria criação | 310 | |
| § 85. Da teologia física | 313 | 6 |
| § 86. Da teologia ética | 319 | |
| § 87. Da prova moral da existência de Deus | 325 | |
| § 88. Limitação da validade da prova moral | 332 | |
| § 89. Da utilidade do argumento moral..... | 339 | |
| § 90. Da espécie de adesão <Fürwahrhalten> numa demonstração teleológica da existência de Deus..... | 342 | |
| § 91. Da espécie de adesão mediante uma fé prática | 349 | |
| Observação geral sobre a teleologia | 358 | |
| Índices | 371 | |
| Índices de autores | 373 | |
| Glossário | 375 | |